

SENTIR PORTUGAL EM... COMEÇA EM VISEU



pág. 2 e 3

O Presidente do PSD iniciou na segunda-feira, 12 de setembro, em Viseu, o programa “Sentir Portugal em...”, que o levará a passar uma semana por mês em cada um dos distritos do país, incluindo a Madeira e os Açores e também algumas comunidades portuguesas na Europa e Fora da Europa



pág. 5

PSD

ISABEL II DEIXA UM LEGADO ÍMPAR

Uma delegação do PSD esteve na embaixada britânica, em Lisboa, para entregar a carta de condolências do Presidente do PSD a Carlos III, pelo falecimento da rainha Isabel II



pág. 7

LOCAIS

PENACOVA DEFENDE MEDIDAS PARA MITIGAR DIFICULDADES DOS MUNICÍPIOS

A Câmara de Penacova aprovou no dia 8, em reunião do executivo, uma moção em que desafia o Governo a avançar com medidas para mitigar as dificuldades financeiras sentidas pelos municípios



pág. 8

REGIONAIS

ECONOMIA CRESCE “HÁ 14 MESES CONSECUTIVOS” NOS AÇORES

O PSD/Açores destaca o crescimento da economia da Região e uma taxa de desemprego que é a “mais baixa desde 2008”, sublinhando que a “recuperação” económica “não seria possível sem estabilidade política”



EMÍLIA SANTOS
DIRETORA DO POVO LIVRE

Cinema em casa

António Costa foi entrevistado esta semana para um canal de televisão, naquilo que mais pareceu uma sessão de cinema do que uma real entrevista.

Após o anúncio Cinematográfico preparado na passada semana, com todos os truques de comunicação e palavras bem escolhidas, para a promoção de medidas que ficavam muito aquém da necessidade real dos portugueses se ter demonstrado claramente insuficiente ao nível das aspirações propagandísticas do Governo, pois, apesar do pacote de medidas apresentado vir num bonito embrulho, a sociedade civil em geral soube fazer as contas e compreender que a intenção seria de nos dar papas e bolos, como no adágio popular.

Uma vez gorada esta tentativa comunicacional, teve, pois, o Primeiro-Ministro de vir a terreiro explicar por palavras mansas aquilo que se negara a assumir nos dias anteriores: os portugueses vão perder poder de compra no próximo ano.

Uns dias depois da pompa e circunstância das medidas veio agora falar da sustentabilidade da Segurança Social, numa inflação próxima dos 7,5% e aumentos previsíveis na função pública na casa dos 2%, que certamente servirá de base para as negociações dos restantes aumentos e que no final do ano irá corresponder à perda de cerca de um salário mensal a cada português o que faz com que esta seja uma perda de poder de compra que em muito ultrapassa as medidas do governo Passos Coelho aquando da intervenção da Troica, à qual chegamos por inabilidade do Governo de Sócrates e Costa, mas que os socialistas tanto gostam de criticar.

Mas apesar das evidências cada vez mais claras do desnorte governativo e da mera estratégia comunicacional de venda de um país de ilusões a tentação pela promessa continua a dominar as palavras do Primeiro-ministro, e depois do falhanço nas medidas de apoio às famílias vem agora anunciar que virá, já na quinta-feira o Pacote de apoio às empresas. Parece mais que em vez de se tomarem as medidas em tempo útil se informa o dia e hora em que elas serão conhecidas, quase como se tratasse do anúncio da antestreia de um filme, o que aliás não deixa de ser um pouco o que se passa, pois estamos repetidamente a ver o mesmo "ator" a surgir nos ecrãs numa encenação preparada que nos faz sonhar um pouco, mas que no final nos acaba sempre por apresentar de forma encapotada um preço de um bilhete cada vez mais caro e inoportável.

Assim na sequência do filme "Famílias Primeiro" vem agora a nova encenação; "Empresas Segundo" onde o realizador nos promete um mundo de benesses para todos os empresários, enquanto deixa escapar mais alguns detalhes que se esqueceu no primeiro filme como o cauteloso "É provável que venha a haver" apoio ao crédito há habitação, deixando ainda escapar informações sobre um possível terceiro filme intitulado "Vem aí o novo aeroporto", mas prometendo que o início das filmagens já não será no próximo ano...

Uma das coisas que não foi, no entanto, revelada foi o elenco destes novos filmes, mas a ver pela recente escolha do Ministro da Saúde, certamente que os atores convidados para as sequelas serão pessoas amigas ou da família do realizador, pois na sociedade civil há cada vez menos intérpretes de qualidade a querer fazer de figurantes nestas realizações de fraca competência.

LUÍS MONTENEGRO DESAFIA AN TENHA CORA AOS PORTUGU

O Presidente do PSD iniciou na segunda-feira, 12 de setembro, em Viseu, o programa "Sentir Portugal em..."; que o levará a passar uma semana por mês em cada um dos distritos do país, incluindo a Madeira e os Açores e também algumas comunidades portuguesas na Europa e Fora da Europa.

"Eu quero desafiar o Dr. António Costa a deixar este estilo de cobardia política e que diga a Portugal que está a tirar mil milhões de euros ao sistema de pensões para as tornar mais sustentáveis no médio e no longo prazo", afirmou o Presidente do PSD no primeiro dia da iniciativa.

Em declarações à imprensa, Luís Montenegro reafirmou que António Costa "anda a brincar com as palavras e com os portugueses. E não o pode fazer. O Governo decidiu um corte de mil milhões de euros nas pensões", acrescentando que "quem dá hoje o que tira amanhã, a ajuda é zero. Em termos de valor, é zero. Ao fazer isso, [o Primeiro-ministro] diminuiu a base do aumento de pensões, e todos os aumentos para os próximos anos estão condicionados a essa base".

O líder do PSD disse ainda não acreditar que o Primeiro-Ministro queira prejudicar as pessoas, mas que deve ser "corajoso e verdadeiro" ao anunciar as medidas que toma.

GOVERNO TEM UMA POLÍTICA DE ENCENAÇÃO NAS INFRAESTRUTURAS

No distrito de Viseu, no dia de arranque da iniciativa "Sentir Portugal em...", o Presidente do PSD assinalou ainda a ausência de uma autoestrada que ligue Viseu a Coimbra, apesar de a mesma ter sido prometida por um governo socialista.

"Não há autoestrada, nem solução, nem obra no terreno com tudo o que isso implica para a região. É fundamental ligar Coimbra a Viseu por autoestrada" para que se possa afirmar "a competitividade do território, colmatando a desertificação", disse, acrescentando que "hoje pude comprovar no setor da mobilidade a incapacidade do Governo em cumprir os planos que vem apresentando. Temos muito anúncios, muita pompa e circunstância, mas vemos no terreno que eles não se executam".

AS HABILIDADES DE ANTÓNIO COSTA

O Presidente do PSD acusou António Costa de se baralhar nas suas "próprias habilidades" ao tentar justificar a medida das pensões, realçando que o primeiro-ministro "confessou efetivamente um corte de mil milhões de euros" e que alterou a lei da atualização das pensões.

"De uma forma dissimulada foi isso que o doutor António Costa disse: va-



ANTÓNIO COSTA

GEM E FALE VERDADE

QUESES



mos alterar a lei de atualização das pensões em Portugal", considerou o líder social-democrata em reação à CNN depois da entrevista a António Costa.

Para Luís Montenegro, o Primeiro-Ministro, "não o querendo dizer desta maneira, acabou por anunciar que os aumentos previstos nas pensões de 2023 consagram a necessidade de promover mais sustentabilidade na Segurança Social e, ao mesmo tempo, disse que o adicional que vai ser pago agora no mês de outubro, era um suplemento extraordinário".

Para o líder social-democrata, o Governo dá um suplemento aos pensionistas em outubro que é "a parte que era devida no próximo ano, do aumento legal das pensões", e que ainda por cima é "de uma injustiça gritante". E explica: o Governo quer "dar 2.500 euros a um pensionista que ganha 5.000 euros, ao mesmo tempo que dá 150 [euros] a um que ganha 300 [euros], 200 [euros] a um que ganha 400 [euros], 250 [euros] a um que ganhe 500 euros".

Luís Montenegro aponta o dedo ao governo: "numa altura de grande dificuldade" dar aumentos maiores aos que têm pensões mais elevadas, o que é de "uma insensibilidade, de uma insensatez" e "mesmo de um desnoite".

NOVO CEO DO SNS: COSMÉTICA POLÍTICA

O Presidente do PSD afirmou no 2.º dia do "Sentir Portugal em..." que Portugal precisa de uma "política de saúde que responda às necessidades dos cidadãos" e não de uma "operação de cosmética".

Luís Montenegro referia-se à nomeação de Fernando Araújo como CEO do SNS, afirmando que o que os portugueses precisam é "de uma política de saúde que dê

resposta às carências de médicos de famílias, aos serviços de urgência encerrados", e que resolva os vários problemas que se sentem no dia-a-dia.

"O País, nos últimos anos, sofreu com os efeitos da marca ideológica do PS nas políticas públicas. Fechar o SNS apenas na administração pública é redutor e não responde às necessidades das pessoas", disse o líder social-democrata.

Para Luís Montenegro, a solução passa por uma "complementaridade com o setor social e privado". "O que o País precisa é de reformas estruturais e o Primeiro-ministro é avesso a essas reformas", disse. O resultado? "Os cidadãos têm cada vez piores serviços", concluiu.

O programa da iniciativa "Sentir Portugal em...", que prevê presença nos 24 concelhos do distrito, contempla um contacto direto com a população. Luís Montenegro arrendou uma casa no centro de Viseu, onde irá às compras, ao mercado, cozinhar e assistir a eventos locais.

Quanto à escolha de Viseu para arrancar esta volta pelo País, são várias as razões apontadas: a importância política do distrito para o PSD ser no centro do país, ter uma grande diversidade territorial e muitos autarcas sociais-democratas.

"Aproveitaremos para fazer uma radiografia autárquica", adiantou o líder do PSD.



LUÍS MONTENEGRO NA FICABEIRA

ANTÓNIO COSTA CONDENA À PARTIDA



O novo ministro da Saúde está condenado à partida e o Primeiro-Ministro é o responsável pela “condenação” política de Manuel Pizarro, o nome que António Costa propôs para o Ministério da Saúde, dez dias após a demissão de Marta Temido.

“Eu desejo naturalmente boa sorte ao novo ministro da Saúde, que é uma pessoa que conheço bem, por quem tenho estima, agora a questão é que, infelizmente, o novo ministro da Saúde está condenado logo à partida pelo Primeiro-Ministro. Aquando do pedido de demissão da ex-ministra da Saúde, o senhor Primeiro-Ministro foi muito claro ao dizer que ia mudar o titular da pasta, mas a política de Saúde ia ser a mesma. Ora o dr. Manuel Pizarro está condenado a seguir uma política que trouxe como resultado mais portugueses sem médico de família, caos nas urgências, sobretudo, naquelas ligadas à Obstetrícia e Ginecologia, às crianças, bebés e grávidas, uma incapacidade do Serviço Nacional de Saúde em dar resposta a solicitações a cirurgias e tratamentos”, afirmou Luís Montenegro.

Em visita à 39.ª Ficabeira em Arganil, dia 9, o Presidente do PSD acusa o Primeiro-Ministro de já só conseguir recorrer aos “fervorosos dirigentes do Partido Socialista” para o Ministério da Saúde.

“A escolha por alguém que é um dirigente do PS revela a incapacidade do dr. António Costa em recrutar pessoas que fujam da esfera do dirigismo do PS. Este Governo [está] fechado à sociedade”, declarou.

A FALTA DE VERGONHA DO PS

O Presidente do PSD acusou António Costa de cortar 1000 milhões de euros da Segurança Social.

Na deslocação a Arganil, Luís Montenegro criticou o descaramento do Primeiro-Ministro sobre a proposta do Governo para responder ao aumento de preços e que penaliza os pensionistas: “O dr. António Costa e o Partido Socialista deviam ter ver-

gonha de terem andado, durante sete anos, a acusar o PSD de fazer um corte de 600 milhões de euros no sistema de Segurança Social, que nunca foi feito e, à socapa, dar a entender que estão a dar uma benesse, estão a retirar 1000 milhões de euros ao sistema de pensões em Portugal”, criticou o líder do PSD.



ÓBITO

ISABEL II DEIXA UM LEGADO ÍMPAR



Uma delegação do PSD esteve na embaixada britânica em Lisboa para entregar a carta de condolências do Presidente Luís Montenegro a Carlos III pelo falecimento da rainha Isabel II, enaltecendo o “exemplo que se manterá vivo em todo o mundo”.

A delegação da Comissão das Relações Internacionais do PSD, chefiada por Luís Campos Ferreira, esteve na sexta-feira na embaixada britânica em Lisboa para entregar a carta de condolências de Luís Montenegro e assinou o livro de condolências, tendo sido recebida pelo Embaixador Chris Sainty e pelo Vice-Chefe de Missão, Ross Mathews.

Na carta do Presidente do PSD dirigida ao rei Carlos III é manifestado o “mais profundo sentido de pesar em nome do Partido Social Democrata de Portugal” pela morte de Isabel II.

“Considero que Sua Majestade a Rainha Isabel II deixa um legado ímpar, pela longevidade e sentido de Estado com que exerceu o seu reinado, bem como pela sua dedicação com que inspirou gerações, num exemplo que se manterá vivo em todo o mundo”, enalteceu.

Para Luís Montenegro, a monarca “teve ao longo do seu reinado um papel preponderante na história de Portugal e do Reino Unido”.

“Os multisseculares laços de amizade da mais antiga aliança do mundo perdurarão no tempo como a pedra angular da história dos nossos dois países”, ressaltou.

A Rainha Isabel II faleceu na quinta-feira, 8 de setembro, aos 96 anos no Castelo de Balmoral, na Escócia. No mesmo dia, o líder do PSD apresentou “as mais sentidas condolências à Família Real Britânica, ao Governo e povo britânico e à Commonwealth”.

“A Rainha Isabel II deixa um legado ímpar, pela longevidade e sentido de Estado com que exerceu o seu reinado. A sua dedicação inspirou gerações num exemplo que se manterá vivo em todo o mundo”, qualificou Luís Montenegro.

PSD QUER ACESSO GRATUITO A CRECHES DO SETOR PRIVADO JÁ EM SETEMBRO

O PSD entregou, dia 12, um projeto-lei que pede o acesso gratuito dos bebés até um ano a creches do setor privado já em setembro, sempre que não haja vagas nas redes abrangidas pelo sistema de cooperação.

No diploma entregue no Parlamento, os sociais-democratas recordam que o programa do Governo de gratuitidade das creches, que arrancou no início do mês, começará por abranger as crianças nascidas depois de 01 de setembro do ano passado e que frequentem estabelecimentos do setor social e cooperativo.

No entanto, alertam, as vagas existentes no setor social e cooperativo "são manifestamente insuficientes para as necessidades das famílias portuguesas e a cobertura deste setor no continente deixa muitas crianças sem este importante apoio".

"Apesar de o Governo já ter reconhecido a necessidade de alargar a medida ao setor privado a partir de janeiro de 2023, não indicou em que medida o vai assegurar, nem em que condições dará resposta às famílias portuguesas que já hoje – e não apenas em janeiro de 2023 – precisam de uma solução", critica o PSD.

O partido considera que "não podem ser razões de tesouraria que ditam esta decisão", dizendo que "a Segurança Social apresenta o maior volume de contribuições de sempre e o Governo tem aumentado a receita, nomeadamente decorrente da inflação, muito para além do que tinha previsto e orçamentado".

"É, pois, tempo de rapidamente legislar no sentido de encontrar uma efetiva solução para as famílias e para as suas crianças, uma vez que as inscrições já estão a decorrer, e é preciso encontrar vagas em função das necessidades, sem discriminar as crianças e sem deixar crianças para trás. Esta medida deve ter efeitos a partir de 1 de setembro de 2022, tal como está atualmente previsto para as crianças que preenchem vagas disponibilizadas



no âmbito do sistema de cooperação", defendem.

No projeto-lei, os sociais-democratas propõem assim que a gratuitidade da frequência em creches, para as crianças já previstas na lei, "é alargada às creches não integradas no sistema de cooperação do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) desde que devidamente licenciadas por este, e sempre que não exista vaga nas creches abrangidas pelo sistema de cooperação".

A lei produziria efeitos a partir do dia 1 de setembro, mas o pagamento relativo a estas crianças que fossem inscritas no setor privado ao abrigo do programa apenas seria pago às creches "após a entrada em vigor do Orçamento do Estado" do próximo ano. Nestes casos, os pagamentos no setor privado seriam, inicialmente, fei-

tos pelos pais e tutores, a quem as creches devolveriam o valor pago desde setembro "imediatamente após receberem do ISS, I.P. esses valores".

O PSD entregou também hoje na Assembleia da República um projeto de resolução – sem força de lei – que recomenda ao Governo que faça um levantamento e divulgue "o número de vagas em creche, dos setores da economia social e solidária e privado, por nível etário e freguesia".

"A taxa de cobertura das creches, tal como é feito na Carta Social, demonstra ser insuficiente, sendo apenas, em 2020, de 48,8%, no continente", alertam.

O plano do Governo de gratuitidade das creches prevê o alargamento faseado do programa até 2024.

CIBERATAQUE AO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS, PSD PEDE AUDIÇÃO URGENTE DE MINISTRA DA DEFESA



O PSD pediu, dia 8 de setembro, a audiência urgente da ministra da Defesa Nacional, do chefe do Estado-

-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e de outros responsáveis sobre o ciberataque que levou à exfiltração de documentos classificados da NATO.

Além da ministra Helena Carreiras e do almirante Silva Ribeiro, a bancada do PSD quer ainda ouvir no Parlamento o secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa e o diretor-geral do Gabinete Nacional de Segurança.

"De acordo com notícias veiculadas durante a manhã do dia de hoje, o Estado-Maior-General das Forças Armadas terá sido alvo de um ciberataque, que culminou na exfiltração de documentos classificados NATO, posteriormente colocados à venda na 'darkweb'", refere o PSD, no requerimento, referindo-se à manchete do "Diário de Notícias" de quinta-feira.

No requerimento, o PSD acrescenta que "o Governo português, alegadamente, só teve conhecimento do sucedido após ter sido informado pelos Serviços de Informações norte-americanos, não existindo conhecimento das diligências que estão a ser tomadas sobre este assunto" e que, "face ao exposto, a NATO já terá solicitado explicações e garantias ao Governo português, estando prevista uma reunião ao mais alto nível no quartel-general da NATO, em Bruxelas".

"A situação reveste-se de enorme gravidade, comprometendo a segurança da informação à guarda do Estado português, afetando a sua credibilidade junto dos seus parceiros internacionais e pondo em causa a abrangência da informação eventualmente violada", consideram os sociais-democratas.

O PSD defende que "importa conhecer a dimensão desta problemática, das medidas já adotadas ou a adotar para reforçar a segurança da informação à nossa guarda", justificando as quatro audições urgentes hoje solicitadas.

O Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) foi alvo de um "ciberataque prolongado e sem precedentes", que teve como resultado a exfiltração de documentos classificados da NATO, divulgou o "Diário de Notícias". O Governo português foi informado pelos serviços de informações norte-americanos, por intermédio da embaixada em Lisboa, através de uma comunicação que terá sido feita diretamente ao Primeiro-Ministro, em agosto passado. Este caso é considerado de "extrema gravidade" e terão sido os ciberespões da Inteligência norte-americana a detetar "à venda na darkweb centenas de documentos enviados pela NATO a Portugal, classificados como secretos e confidenciais".

PENACOVA DEFENDE MEDIDAS PARA MITIGAR DIFICULDADES DOS MUNICÍPIOS

A Câmara de Penacova aprovou no dia 8, em reunião do executivo, uma moção em que desafia o Governo a avançar com medidas para mitigar as dificuldades financeiras sentidas pelos municípios.

A moção foi aprovada com votos a favor do PSD (que lidera o executivo) e abstenção por parte do PS.

Para a defesa de um pacote de medidas, aquela autarquia do distrito de Coimbra aponta para suas próprias contas este ano: a revisão extraordinária de preços no conjunto de obras em curso levou a um aumento de custos de um milhão de euros; a proposta de acordo nos transportes públicos apresentada pela Transdev triplica o valor pago em 2021; e as transferências para o município por parte do Orçamento do Estado para 2022 foram reduzidas em cerca de 633 mil euros.

“É neste cenário de incerteza que este executivo lança o repto ao Governo para que, à semelhança do que fez para as famílias portuguesas, avance com um conjunto de medidas que mitiguem as dificuldades financeiras sentidas pelos municípios que são, como todos reconhecem, insubstituíveis, na sua missão de serviço às pessoas e de agregação do território”, refere a moção aprovada.

O documento constata que “o exercício da governação local se tornou, nos últimos meses, uma tarefa cada vez mais complexa”.

“Quando se prefiguravam um clima de desanuiamento pós-pandémico e o início de uma fase de maior crescimento económico, uma guerra na Europa e uma subida das matérias-primas instalaram nuvens negras na conjuntura internacional, com reflexos inevitáveis no nosso país e, por consequência, nos municípios”, vinca o executivo.

Para a Câmara de Penacova, a inflação, a subida das taxas de juro e o aumento do preço dos combustíveis e da eletricidade têm afetado “gravemente as finanças locais”.

O documento será agora remetido à Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Governo e aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.



CÂMARA DE BRAGA UNÂNIME NO APOIO À CANDIDATURA A CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA



A Câmara de Braga aprovou, dia 12, por unanimidade, uma moção de apoio à candidatura da cidade a Capital Europeia da Cultura (CEC) 2027, que preconiza um investimento municipal superior a 25 milhões de euros.

O presidente da Câmara, Ricardo Rio, sublinhou que a unanimidade no seio do executivo se revela “fundamental” para o eventual sucesso da candidatura. Adiantou que a moção será agora levada à próxima sessão da Assembleia Municipal.

De acordo com a moção, os membros dos órgãos municipais de Braga expressam o seu apoio à formalização da candidatura de Braga a CEC 2027 e à aprovação do quadro plurianual dos investimentos previstos para o horizonte temporal 2023-2028.

Apoiam ainda a implementação de cada uma das ações previstas no dossiê de candidatura, caso Braga seja designada CEC 2027.

O investimento financeiro previsto é de cerca de 10 milhões de euros em 2023, de cinco milhões em 2024, de quatro milhões em 2025, de 1,2 milhões em 2026, de cinco milhões em 2027 e de 425 mil euros em 2028.

“Dada a dimensão desta iniciativa e a capacidade transformadora da mesma, o apoio de todas as forças políticas representadas no executivo e na Assembleia Municipal é muito importante para que esta candidatura e a sua execução sejam bem-sucedidas”, frisa a Câmara de Braga.

Neste sentido, acrescenta o município, “foram desenvolvidas reuniões de acompanhamento da preparação da candidatura e apresentação da proposta final do dossiê de projeto, destacando-se a evolução ocorrida face à fase de pré-seleção, quer em termos de programa artístico, quer no detalhe do modelo de governação proposto e, ainda, no reforço do investimento financeiro do município de Braga”.

A Câmara de Braga considera que a Capital Europeia da Cultura “é um dos projetos da União Europeia com maior reconhecimento público por parte dos cidadãos europeus, e uma das iniciativas com maior impacto no desenvolvimento cultural e económico dos territórios abrangidos pelas mesmas”.

“Trata-se de uma excelente oportunidade para regenerar as cidades, elevar o seu perfil internacional e melhorar a imagem aos olhos dos seus habitantes. Permite dar um novo fôlego e impulsionar uma transformação cultural do território, das suas comunidades e parceiros, e promover uma rede nacional e internacional de colaborações e sinergias”, sustenta o município.

As cidades de Ponta Delgada, Braga, Aveiro e Évora são finalistas a Capital Europeia da Cultura em 2027, tendo sido escolhidas entre 12 municípios que apresentaram uma candidatura. A seleção final e o anúncio da CEC 2027 estão previstos para o fim do ano.

ECONOMIA CRESCE “HÁ 14 MESES CONSECUTIVOS” NOS AÇORES



O PSD/Açores destaca o crescimento da economia da Região “há 14 meses consecutivos” e uma taxa de desemprego que é a “mais baixa desde 2008”, considerando que a “recuperação” económica “não seria possível sem estabilidade política”.

Esta posição foi manifestada pela Comissão Política Regional do PSD/Açores, que se reuniu para fazer uma análise da situação política regional, dia 10.

Estes “dados positivos são resultado do empenho dos trabalhadores e dos empresários açorianos, das medidas do Governo dos Açores” (PSD/CDS-PP/PPM) e “do período de estabilidade política que a Região atravessa”.

Para a Comissão Política Regional do PSD/Açores, a “recuperação económica que os Açores estão a registar não seria possível sem estabilidade política”.

A Comissão Política Regional do PSD/Açores vinca que “este é um tempo de grande exigência e responsabilidade, em que se impõe sentido de Estado e de compromisso a todos os políticos”.

“A estabilidade política é fundamental para que os Açores continuem no caminho de crescimento e esperança que estão a trilhar”, sustenta.

Na mesma reunião, a Comissão Política Regional do PSD considerou que a Cimeira Insular, que decorreu entre segunda e quarta-feira, reunindo os Governos dos Açores e da Madeira constitui “uma oportunidade para as Regiões Autónomas intensificarem a sua ação conjunta na defesa” das condições de vida dos açorianos e madeirenses”.

A Comissão Política Regional do PSD deliberou ainda nomear José Andrade como diretor do Gabinete de Estudos e Jorge Oliveira e Bruno Benevides como secretários-gerais adjuntos.

ESCOLA DO MAR DOS AÇORES IRÁ FUNCIONAR COMO “UM AUXILIAR” NA FORMAÇÃO DOS PESCADORES

A Escola do Mar dos Açores, inaugurada há dois anos, no Faial, já está certificada como entidade formadora, e pretende ser “um auxiliar” na formação da classe piscatória e suas comunidades, anunciou hoje o presidente do Governo açoriano.

“Finalmente a Escola do Mar está devidamente certificada e pretende ser um auxiliar na formação, na preparação dos nossos pescadores e das nossas comunidades”, disse José Manuel Bolieiro.

O chefe do executivo açoriano falava na cerimónia de homenagem aos pescadores da vila de Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel.

A Escola do Mar dos Açores está situada nas antigas instalações da Rádio Naval da Horta, na ilha do Faial, custou cerca de sete milhões de euros e foi inaugurada há dois anos.

O Presidente do Governo Regional dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) destacou a importância que a escola terá na formação dos pescadores, “não apenas no seu edifício na cidade da Horta, mas através dos seus profissionais” junto das comunidades piscatórias para apoiar “nas necessidades” que os pescadores e armadores possam vir a manifestar “sob o ponto de vista técnico”.

Em declarações aos jornalistas, o chefe do executivo açoriano destacou que “nos últimos tempos” os índices de captura e o rendimento dos pescadores e armadores têm “subido”, mas alertou que há “uma constante incerteza”.

“O que hoje está bem, amanhã pode ser uma dificuldade. E o nosso compromisso é de estarmos sempre solidários com o rendimento digno dos pescadores e das suas famílias e também com a estratégia política que temos para proteção dos ecossistemas, valorização e promoção dos nossos recursos marinhos”, disse o social-democrata.

José Manuel Bolieiro sublinhou ainda que a homenagem aos pescadores da vila de Rabo de Peixe significa também homenagear “todos os homens do mar dos Açores” que ao “longo da história”, e com “tanta adversidade, sempre prestaram um serviço à comunidade”.

Na cerimónia, o presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, Jaime Vieira, considerou que se trata do “justo reconhecimento aos pescadores pelo que têm feito pela economia da vila, do concelho da Ribeira Grande e dos Açores”.

“As pescas e os pescadores da vila de Rabo de Peixe representam um peso importante no todo regional, com 94 embarcações, com mais de 1.000 pescadores e mais de 3.000 pessoas que dependem diretamente da pesca. É claramente uma localidade onde a pesca tem um papel importante e fundamental”, adiantou Jaime Vieira.

O presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe lembrou ainda que a classe piscatória enfrenta diariamente “enormes obstáculos para trazer rendimentos”.

“E, ainda mais, porque nem todos os dias se pode ir ao mar”, assinalou, defendendo a valorização da classe piscatória.

A cerimónia de homenagem aos pescadores, organização conjunta da Câmara Municipal da Ribeira Grande e Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, incluiu o desceramento de uma placa evocativa aos “Heróis do Mar de Rabo de Peixe”, no porto de pescas, uma celebração eucarística e a bênção e batismo de uma embarcação.

MODELOS SOCIALISTAS NO TRANSPORTE MARÍTIMO DESPERDIÇARAM MILHÕES DE EUROS

O grupo parlamentar do PSD/Açores considerou, dia 9, que seria "surreal" voltar ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros criados pelos governos socialistas, "que desperdiçaram milhões, adensando-se em incongruências".

Para o líder da bancada social-democrata, João Bruto da Costa, "o Governo da Coligação quer reconstruir esta Região, e está a trabalhar para que não se faça com as empresas públicas o que fez o PS, que foi estoirar com elas", afirmou, referindo-se à SATA e à Atlânticoline.

"Quanto aos encaminhamentos, recorriam a ajudas de Estado, e isso era ilegal, o que motivou os procedimentos da União Europeia que bem se conhecem, e criou graves dificuldades na gestão da SATA, em mais uma pesada herança da governação socialista", disse.

O parlamento açoriano chumbou ontem um Projeto de Resolução do PS que pretendia suspender as alterações promovidas pelo Governo da Coligação ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes.

Para João Bruto da Costa, "os números falam por si", e deu como exemplo "a notícia da RTP sobre o super-recorde de agosto de 2022, que foi o mês mais movimentado de sempre no Aeródromo da Graciosa, com 4706 passageiros desembarcados, face aos 3225 de 2019, o ano anterior de referência"

"Isto depois de o PS ter lançado a mentira de que a SATA ia oferecer mais voos, mas menos lugares para a Graciosa. Só que uma mentira dita várias vezes não passa a ser verdade, e o facto é que, com mais voos, houve mais 5% de lugares do que nos anos anteriores", frisou.

"O PS não consegue aceitar o esforço que foi feito [por este Governo] para oferecer mais voos para as várias ilhas. Quando estávamos na oposição, reclamávamos porque não era feito, o PS na oposição reclama porque as coisas se a estão fazer", concluiu João Bruto da Costa.

No mesmo debate, o vice-presidente da bancada social-democrata, António Vasco Viveiros, sublinhou que a proposta socialista "deu entrada a 9 de fevereiro e, incrivelmente, manteve-se sem uma única alteração", salientou.

"É surreal que o PS pretendesse, simplesmente, o regresso ao anterior modelo de transporte marítimo de passageiros, o mesmo que foi, entretanto, demolido por uma auditoria do Tribunal de Contas (TdC), que apontou os défices da Linha Amarela - cerca de 23,4 milhões de euro - e a sua taxa de ocupação em 2019 de apenas 18%, confirmando que a operação foi financeiramente penalizadora para a Região", recordou.

"Em 2019, os dois navios fretados pela



Atlânticoline, as respetivas tripulações e os custos com combustível, totalizaram custos de 9 milhões de euros. Assim, foram agora 18 milhões de euros que a região não gastou, estando mais que provado que houve incompetência na gestão da política de transporte marítimo de passageiros", rematou António Vasco Viveiros.

Já Elisa Sousa, deputada do PSD/Açores eleita por Santa Maria, lembrou que o PSD

"foi o primeiro partido a pedir explicações sobre o fim da Linha Amarela", referindo que "a acessibilidade dos açorianos é muito importante, mas há que haver racionalidade, porque nenhuma região sobrevive com investimentos que não dão algum tipo de retorno".

A social-democrata congratulou o Governo da Coligação por "promover um estudo que possa apontar o melhor modelo de

transporte marítimo de passageiros", lembrando que, "em 24 anos de governos do PS, isso nunca aconteceu".

A deputada apelou ao Governo Regional, e à administração da SATA, para que "os voos extraordinários para Santa Maria, que acontecem principalmente aquando dos eventos-âncora da ilha, passem a fazer parte dos horários normais da companhia".

PSD/AÇORES EXORTA GOVERNO E CÂMARAS A UNIR ESFORÇOS PARA FIXAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE NAS FLORES



O deputado do PSD/Açores Ricardo Vieira exortou, dia 6 de setembro, o Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) e Câmaras Municipais a unirem esforços com vista a fixar médicos, enfermeiros e restantes técnicos de saúde, na ilha das Flores.

O parlamentar social-democrata falou na sessão de perguntas com resposta oral, sobre o desenvolvimento socioeconómico das Flores, na Assembleia Legislativa dos Açores, na Horta.

Ricardo Vieira salienta que "sente os problemas e as preocupações da população das Flores", enquanto deputado eleito por aquela ilha, elogiando o Governo Regional pelas obras realizadas na Unidade de Saúde da Ilha das Flores, apelando a uma resolução para o problema da carência de profissionais no setor, "situação transversal a todo o arquipélago", salvaguarda.

Nesse sentido, o deputado do PSD/Açores eleito pelas Flores pede às Câmaras

Municipais que se associem ao Governo Regional "no encontro de soluções com vista a criar condições de alojamento aos profissionais que se deslocam para a ilha", sublinha.

"Nós temos um Governo que já provou que é amigo do Poder Local e é mais próximo do Poder Local, por uma questão de solidariedade, pede-se que as Câmaras Municipais façam o mesmo", concluiu.

GOVERNO DA MADEIRA ADJUDICOU 2.^a FASE DO NOVO HOSPITAL

O Conselho do Governo Regional decidiu, dia 8, adjudicar a segunda fase da empreitada do novo Hospital da Madeira por cerca de 75 milhões de euros, com um prazo de execução de 720 dias, anunciou a presidência do executivo insular.

O texto das conclusões da reunião semanal do Conselho do Governo Regional da Madeira adianta que a 2.^a fase do Hospital Central e Universitário da Madeira, que diz respeito às estruturas e espaços exteriores, foi adjudicada à proposta apresentada pelo agrupamento Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas / AFAVIAS – Engenharia e Construções/ SOCICORREIA – ENGENHARIA, / RIM – Engenharia e Construções.

O documento refere que o “preço contratual de é de 74.698.447,25 euros e tem o “prazo de execução de 720 dias”.

Em 1 de setembro, o secretário dos Equipamentos e Infraestruturas do executivo madeirense, Pedro Fino, havia anunciado que esta segunda fase do projeto seria adjudicada ainda este mês, tendo um prazo de execução de dois anos.

O governante explicou que esta fase dizia respeito a trabalhos de estrutura de betão armado, alvenarias e arranjos exteriores que deveriam ter início “ainda este ano”.

Pedro Fino salientou que o processo de adjudicação tem de ser avaliado pelo Tribunal de Contas, perspetivando que os trabalhos tenham início em novembro deste ano.

Segundo o responsável, este projeto está a decorrer de acordo com “aquilo que está programado e planeado na obra do novo hospital, excetuando aquela parcela que se encontra bloqueada ainda”.

Em causa estão os ex-proprietários de quatro moradias construídas num terreno comum com cerca de seis mil metros quadrados, que não concordam com o montante da expropriação, estabelecido em cerca de 1,4 milhões de euros.

Em 17 de junho, a Direção do Património da Madeira indicou que a região é a “legítima proprietária” desta parcela de terreno na área onde está a ser construído o novo hospital do arquipélago, cujos anteriores proprietários se recusam a desocupar.



“Neste momento, a parcela é indispensável à continuidade dos trabalhos”, disse a diretora regional, Élia Ribeiro, em declarações à comunicação social no local, explicando que o impasse resulta do facto de os expropriados não estarem de acordo em desocupar o terreno.

A obra do novo Hospital Central e Universitário da Madeira está orçada em cerca de 340 milhões de euros e o Governo da República assegura o cofinanciamento em 50% da construção, fiscalização da empreitada e aquisição de equipamento médico e hospitalar.

A nova unidade hospitalar, localizada na freguesia de São Martinho, nos arredores do Funchal, abrange uma área de 172 mil metros quadrados e terá 607 camas, sendo 79 de cuidados intensivos e 503 destinadas a internamento geral, 11 salas de cirurgia, um parque de estacionamento com capacidade para quase 1.200 automóveis e um heliporto. O projeto integra também um hospital de dia oncológico pediátrico.

GOVERNO DA MADEIRA VAI RENATURALIZAR MARINA DO LUGAR DE BAIXO

O Governo Regional da Madeira vai iniciar no próximo ano a renaturalização da Marina do Lugar de Baixo, que nunca chegou a ser utilizada, e devolver o espaço à população.

“Relativamente à questão da Marina do Lugar de Baixo, nós vamos iniciar no próximo ano a renaturalização daquele espaço e devolvê-lo à população”, afirmou Miguel Albuquerque, na sessão solene do Dia do Concelho da Ponta do Sol, na zona oeste da ilha, dia 8.

“E, a montante, vamos recuperar o Centro de Floricultura da Madeira, que é um espaço belíssimo, interligado ao Centro de Interpretação da Banana, e criar um percurso turístico fabuloso naquela área”, acrescentou.

O presidente do Governo Regional já tinha dito em junho que estava a estudar uma solução para o local. A conhecida Marina do Lugar de Baixo foi uma das obras inauguradas pelo então presidente do Governo da Madeira, Alberto João Jardim, na campanha das legislativas regionais de 2004.

O projeto idealizado para 297 embarcações, entre oito e 25 metros, chegou a incluir um concurso público para a subconcessão dos terrenos adjacentes para a construção de um complexo imobiliário pelo Grupo Pestana e previu uma subconcessão da gestão do domínio marítimo da marina por um período de 75 anos.

Miguel Albuquerque instou a presidente da Câmara da Ponta do Sol a elaborar “um projeto de contenção, sem pôr em causa a beleza natural daquela área, no



sentido de garantir a segurança mínima da estrada”.

“Obviamente eu estou aqui e, com certeza, celebrarei um contrato-programa consigo para a recuperação daquela área tão bonita e tão atrativa”, garantiu o presidente do Governo Regional, que habitualmente não participa nestas sessões em concelhos onde o PSD não governa.

Miguel Albuquerque destacou os investimentos que o

seu executivo fez nos últimos anos naquele concelho, designadamente na ribeira da Madalena do Mar e na recuperação do Cais da Ponta do Sol.

Na sessão solene, discursaram também o representante para a República, Ireneu Barreto, a vice-presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Rubina Leal, assim como o presidente da Assembleia Municipal da Ponta do Sol e outros autarcas.

INFLAÇÃO

GOVERNO DA MADEIRA PONDERA ALARGAR BOLSAS DE ESTUDO E REDUZIR IRS



O Presidente do Governo Regional da Madeira disse hoje que pondera tomar medidas complementares às anunciadas pelo Governo da República para mitigar os efeitos da inflação como reduzir o IRS e alargar o apoio às bolsas de estudo.

“Temos uma margem” para implementar medidas complementares às que foram anunciadas na segunda-feira pelo Governo da República, afirmou Miguel Albuquerque aos jornalistas à margem de uma visita que efetuou a uma empresa do ramo automóvel, dia 7.

O chefe do executivo madeirense apontou que um dos objetivos em análise é “alargar o número de apoios para as bolsas de estudo” e “possivelmente os apoios às creches”.

“O maior investimento que estamos a fazer é na Educação e na formação superior dos nossos jovens. Acho que temos alguma margem para alargar as bolsas de estudo para o ensino superior”, vincou.

O governante insular complementou que também “é possível, no próximo ano, que se faça uma redução no IRS, sobretudo no 3.º e 4.º escalões” neste arquipélago.

“Essa é uma perspetiva que estou a analisar com o secretário regional das Finanças” da Madeira, indicou.

No entanto, Miguel Albuquerque argumentou que, embora o Governo Regional ainda tenha margem para implementar medidas complementares, muitas “já estão concretizadas”, dando como exemplo o apoio aos passes sociais (8 milhões de euros), o complemento para os idosos (4 milhões de euros), creches (4 milhões de euros), além dos apoios ao gás de botija, entre outros.

O presidente do Governo insular voltou a defender que uma eventual “a baixa do IVA tem de ser bem calculada”, opinando que “não tem repercussão direta no consumidor” e muitas vezes essa descida “é absorvida pela cadeia”.

Recordou que nesta região cerca de 60 produtos já têm o IVA reduzido, considerando que este imposto “não leva em conta o rendimento de cada um”.

“Sou muito mais favorável da redução no chamado imposto progressivo do que no imposto indireto”, apontou.

Miguel Albuquerque enfatizou que “a redução de 1% só no IVA na Madeira significa 24,5% na receita da região”, sublinhando: “Eu tenho de gerir o equilíbrio orçamental, porque nós precisamos de receitas para fazer face as despesas que temos com a saúde, a educação, etc”.

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



Um novo ciclo para Portugal!

Edição n.º 1442 do "Povo Livre", de 25 de janeiro de 2006. "Um novo ciclo para Portugal!". Cavaco Silva era eleito Presidente da República à primeira volta das Presidenciais, em 22 de janeiro de 2006, com 50,59% dos votos. Na reação à vitória eleitoral, Cavaco Silva considerou que os portugueses "disseram com clareza quem queriam para Presidente da República" e prometeu cooperação com o Governo e restantes órgãos de soberania.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAL

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Setembro (segunda-feira) de 2022, pelas 21H00, no Auditório da Biblioteca Municipal de Alcobaça, sita na Rua Araújo Guimarães, em Alcobaça, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

SECÇÕES

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa da Secção de Carrazeda de Ansiães, para reunir em Assembleia no dia 21 de Outubro (sexta-feira) de 2022, pelas 17H00, na Sede Concelhia do PSD/ Carrazeda de Ansiães, sita na Rua Luís de Camões, 1.º Esq. n.º 823, Carrazeda de Ansiães, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 17H00 às 20H30, na Sede Concelhia do PSD, sita Rua Luís de Camões, 1.º Esq. n.º 823, Carrazeda de Ansiães.

As listas candidatas aos diferentes órgãos, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Sede do PSD/Concelhia de Carrazeda de Ansiães, sita na Rua Luís de Camões, 1.º Esq. n.º 823, Carrazeda de Ansiães.

ÉVORA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir no próximo dia 21 de Outubro (sexta-feira) de 2022, pelas 18H00, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis n.º 48, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis n.º 48 em Évora.

A votação decorrerá entre as 18H00 e as 21H00.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo do disposto nos artigos 53o e 54o dos Partido Social Democrata (PPD/PSD), convoca-se os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir em Assembleia de Secção, na sua Sede Concelhia, no próximo dia 26 de Setembro (segunda-feira) de 2022, pelas 21H00 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política local e nacional;
2. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no artigo 69o dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

MARCO DE CANAVESSES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Marco de Canaveses, para reunir no dia 30 de Setembro (sexta) de 2022, pelas 21H00, na Casa do Povo de Soalhães, sita Rua de Eiró, n.º215, Soalhães, Marco de Canaveses, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Relatório de contas 2021;
3. Análise da situação política.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Maria da Feira para reunir no dia 7 de Outubro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00, no Auditório Álvaro Moreira, sita na Rua Alfredo Santiago, freguesia de Romariz, concelho de Santa Maria da Feira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

NÚCLEOS

VILA NOGUEIRA DE AZEITÃO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo do PSD de Azeitão, para reunir em sessão extraordinária, no dia 29 de Outubro (sábado) de 2022, pelas 14H00, na Sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 1.º Esq, Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de Azeitão.
- Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 14H00 e as 20H00. As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua, na Sede de Secção, até às 24H00 do Terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO – 2022/2024

Nos termos do artigo 29.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (ENJSD), convocam-se os membros do Conselho Nacional para a primeira reunião ordinária do órgão em apreço, a ter lugar no dia 25 de setembro de 2022 (domingo), a partir das 15h00, em local a designar no distrito do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política e balanço da atividade da Comissão Política Nacional, nos termos da al. b) do artigo 27.º e do artigo 30.º dos ENJSD.
- 3 – Outros assuntos.

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Baião para o Plenário Concelhio da JSD Baião, a realizar-se no dia 8 de outubro de 2022, pelas 21h, na sede da JSD Baião, sita na Rua de Camões, Campelo, Baião, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações do Presidente da Comissão Política;
- 2 – Análise dos resultados eleitorais da JSD Baião;
- 3 – Avaliação da situação política local e nacional;
- 4 – Outros assuntos.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Braga, para reunir no dia 7 de outubro de 2022, pelas 21h30, na Av. do Covedêlo n.º57, 4705-401 Celeirós, Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação Política Local e Nacional;
- 3 – Outros Assuntos.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Vila Franca de Xira para reunir no dia 15 de Outubro de 2022 (sexta-feira), pelas 20:00, na sede do PSD VFX, sita na Rua da Praia 63 em Vila Franca de Xira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário Concelhio da JSD VFX.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD VFX ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na morada supra citada, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

O ato eleitoral decorrerá entre as 20:00 e as 21:30.

REGULAMENTO INTERNO DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD

APROVADO EM 21 DE JULHO DE 2022

REGULAMENTO INTERNO DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD

APROVADO EM REUNIÃO DO GRUPO PARLAMENTAR DE 21/07/2022

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

(Composição do Grupo Parlamentar)

1. Os Deputados eleitos para a Assembleia da República em listas apresentadas pelo Partido, no exercício efetivo do seu mandato, constituem-se em Grupo Parlamentar a fim de concertar e definir em comum a sua ação.
2. Os Deputados com mandato suspenso podem assistir, sem direito a voto, às reuniões do Grupo Parlamentar.

Artigo 2º

(Competência do Grupo Parlamentar)

Compete ao Grupo Parlamentar:

- a. Eleger o Presidente, os Vice-Presidentes e os Secretários da Direção do Grupo Parlamentar;
- b. Aprovar o Regulamento Interno do Grupo;
- c. Em geral, pronunciar-se sobre as questões mais relevantes submetidas à Assembleia da República e as posições que perante elas venham a ser assumidas;
- d. Aprovar as contas anuais do Grupo.

Artigo 3º

(Competência da Direção do Grupo Parlamentar)

1. A Direção é o órgão que assegura, sem solução de continuidade, a representação política do Grupo Parlamentar no âmbito da respetiva competência.
2. A Direção substitui-se ao Grupo Parlamentar nos intervalos da sessão legislativa e sempre que este esteja impossibilitado de reunir.
3. Compete, designadamente, à Direção:
 - a. Dirigir a atividade do Grupo Parlamentar;
 - b. Programar e selecionar as iniciativas e as intervenções dos Deputados no Plenário em articulação com os Coordenadores das Comissões;
 - c. Acompanhar, através dos respetivos Coordenadores, a atividade dos Deputados nas Comissões Parlamentares;

- d. Autorizar, em casos excepcionais, a desvinculação dos Deputados à regra da disciplina de voto;
- e. Ouvido o Grupo Parlamentar, designar os candidatos do Partido aos cargos internos e externos ao Parlamento, em conformidade com as orientações da Comissão Política Nacional;
- f. Distribuir os Deputados pelas Comissões Parlamentares e designar os respetivos Coordenadores e Vice-Coordenadores, ouvido o Grupo Parlamentar;
- g. Superintender no Gabinete de Apoio ao Grupo Parlamentar;
- h. Dar parecer sobre as listas de candidatura a Deputados;
- i. Designar os Deputados que integram a Comissão Permanente da Assembleia da República;
- j. Propor ao Grupo Parlamentar a realização de Jornadas Parlamentares.

Artigo 4º

(Composição da Direção do Grupo Parlamentar)

- 1. A Direção é composta por:
 - a. Uma Comissão Permanente de que fazem parte um Presidente, quatro a doze Vice-Presidentes e um a três Secretários;
 - b. Uma Comissão Alargada de que fazem parte, por inerência de funções, os Secretários e Vice-Secretários eleitos pelo Grupo Parlamentar para a Mesa da Assembleia da República, o representante do Grupo Parlamentar no Conselho de Administração da Assembleia da República e os Coordenadores e Vice-Coordenadores das Comissões Especializadas Permanentes.
- 2. A Comissão Permanente, assegura, sem solução de continuidade e no intervalo das reuniões da Direção, o exercício das competências que a esta são atribuídas.

Artigo 5º

(Competência específica dos membros da Direção)

- 1. Compete ao Presidente do Grupo Parlamentar:
 - a. Coordenar a atividade do Grupo Parlamentar;
 - b. Representar o Grupo Parlamentar;
 - c. Presidir às reuniões do Grupo Parlamentar e da Direção.
- 2. Os Vice-Presidentes substituem o Presidente nas suas faltas e impedimentos e exercem, por delegação deste, as respetivas competências.
- 3. Os Secretários exercem as competências que lhes forem atribuídas pela Direção.

Artigo 6º

(Reuniões)

- 1. O Grupo Parlamentar reúne ordinária e obrigatoriamente uma vez por mês, tendencialmente de forma quinzenal, durante a sessão legislativa e, em sessão extraordinária, sempre que o Presidente o convocar, por sua iniciativa, a pedido da Direção ou de 1/3 dos Deputados.
- 2. A Direção reúne sempre que se revele necessário, a convocação do Presidente.
- 3. A Comissão Permanente reúne uma vez por semana e, em sessão extraordinária, sempre que o Presidente a convocar.

4. Fora dos períodos de funcionamento efectivo da Assembleia da República, as reuniões extraordinárias têm de ser convocadas com a antecedência mínima de três dias.
5. Os Deputados de cada uma das Comissões, devem reunir entre si, pelo menos uma vez em cada mês.

Artigo 7º **(Eleição e mandato da Direção)**

1. A Comissão Permanente é eleita pelo método maioritário, com o mandato de duas sessões legislativas completas.
2. Para o efeito, a reunião do Grupo Parlamentar é convocada com oito dias de antecedência, para uma data que não ultrapasse o 24º dia posterior ao início da sessão legislativa, salvo motivo de força maior.
3. As listas são subscritas por um mínimo de 5% dos Deputados e apresentadas ao Presidente do Grupo Parlamentar ou ao Vice-Presidente que o substituir, até às 18:00 horas do segundo dia útil anterior ao da eleição.
4. O sufrágio realiza-se nas instalações da Assembleia da República em dia de trabalhos parlamentares, podendo os Deputados ausentes, mediante prévio contacto com o Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar, deixar o seu voto em envelope fechado ou exercê-lo por meio eletrónico, ao cuidado daquele.
5. Verificando-se qualquer vaga na Comissão Permanente, só esta poderá apresentar candidaturas para o respetivo preenchimento, devendo a eleição verificar-se até quinze dias após ocorrência da vaga ou, se esta se verificar fora do funcionamento efetivo da Assembleia, até quinze dias após o reinício dos trabalhos parlamentares.
6. A elegibilidade do Presidente da Direção do Grupo Parlamentar fica limitada a três mandatos consecutivos.
7. Na eleição dos Coordenadores e Vice-Coordenadores das Comissões Especializadas Permanentes, membros da Comissão Alargada, aplica-se o disposto nos números 1, 2, 3, 4, e 5 do presente Artigo.

Artigo 8º **(Deveres dos Deputados)**

1. São deveres dos Deputados:
 - a. Exercer as suas funções parlamentares com elevação institucional e no respeito de exigentes padrões éticos e de conduta, abstendo-se de quaisquer comportamentos que, ainda que indiretamente, desprestigiem o Grupo Parlamentar;
 - b. Participar nas reuniões do Grupo Parlamentar e das Comissões Parlamentares de que façam parte;
 - c. Assegurar a sua presença nas reuniões do Plenário, em particular nas votações, nas declarações políticas, nos debates de carácter político e nos debates sobre matéria das Comissões de que façam parte;
 - d. Votar no sentido estabelecido pelo Grupo Parlamentar e pela Comissão Política Nacional, nos termos do disposto nos n.ºs 3 a 5;

- e. Articular previamente com a Direção, para validação política, as intervenções que em nome do Grupo Parlamentar, vão proferir no Plenário, bem como quaisquer Projetos de Lei, Projetos de Resolução, Votos ou outras propostas que pretendam apresentar;
 - f. Informar regularmente a Direção do andamento dos trabalhos das Comissões ou dos grupos de trabalho em que sejam representantes do Grupo, solicitando as necessárias orientações para as posições que devam tomar em nome do Grupo Parlamentar;
 - g. Estar disponível para todas as tarefas que, em razão da sua competência, a Direção entenda atribuir-lhe;
 - h. Manter em permanência, pelo modo mais eficaz, um contacto estreito com os eleitores do respetivo círculo eleitoral, de modo a conhecer a todo o momento as suas sugestões, críticas, problemas e anseios;
 - i. Estar disponível para as tarefas que, no respetivo círculo, sejam apoiadas pelas estruturas locais do Partido;
 - j. Solicitar a sua substituição ou renunciar ao mandato, se não puderem exercê-lo em conformidade com as regras e a disciplina do Grupo Parlamentar definida nos termos do seu Regulamento e dos Estatutos do Partido ou de compromissos especialmente assumidos;
 - l. Efetivar os compromissos assumidos, por escrito, antes das Eleições Legislativas e que foram determinados pela Comissão Política Nacional.
2. Relativamente ao disposto na alínea e) e no final da alínea f) do número anterior, deve a Direção dar resposta em prazo útil que não coloque em causa a oportunidade política da iniciativa em questão.
 3. Cabe à Comissão Política Nacional, ouvido o Grupo Parlamentar, definir o sentido de voto de:
 - a. Moções de rejeição de Programas de Governo;
 - b. Moções de confiança ou de censura;
 - c. Orçamentos do Estado e Leis das Grandes Opções do Plano;
 - d. Leis de revisão constitucional e as outras que careçam de maioria qualificada;
 - e. Iniciativas de referendo.
 4. O sentido de voto nos projetos e propostas de lei ou de resolução não referidos no número anterior é definido pela Direção, ouvido o Grupo Parlamentar, salvo o disposto no número seguinte.
 5. O princípio da disciplina de voto não se aplica nas votações que incidam sobre Votos, nem nas que incidam sobre matérias de consciência, assim consideradas pela Direção ou pela Comissão Política Nacional, não obstante a Direção exprimir o sentido de voto da bancada.
 6. Os Deputados estão sujeitos ao Regulamento de Disciplina dos Militantes e às disposições estatutárias designadamente referentes aos direitos, deveres e disciplina.

Artigo 9º **(Violação de deveres)**

1. Ajustificação de faltas a votações ou a trabalhos em Plenário deve ser apresentada ao Presidente do Grupo Parlamentar, ou ao Vice-Presidente em que ele delegar, a quem cabe a sua aceitação.
 - §. único – A justificação deve ser apresentada no prazo máximo de 5 dias, salvo motivo de força maior ou, desejavelmente, por antecipação.

2. Cabe aos Coordenadores assegurar a participação de pelo menos metade dos Deputados da respetiva Comissão, nas reuniões da Comissão ou em Plenário nos debates sobre matérias que lhe respeitem, devendo comunicar ao Presidente do Grupo Parlamentar as faltas não justificadas.
3. As faltas não justificadas, nos termos dos números anteriores, dão lugar a:
 - 3.1. Na segunda falta - advertência;
 - 3.2. A partir da terceira falta – comunicação formal à Comissão Política Distrital e à Assembleia Distrital do círculo de eleição;
 - 3.3. A partir da quarta falta a reuniões da Comissão – perda da qualidade de membro da Comissão, por substituição operada pela Direção;
 - 3.4. A partir da quarta falta a votações ou a reuniões do Plenário - a Direção solicitará formalmente ao Deputado a sua substituição mediante renúncia ao mandato.
4. No caso de comprovada violação grave dos deveres éticos e de conduta referidos no Artigo anterior, ou de não aceitação de substituição na situação do ponto 3.4., a Direção poderá propor ao Grupo Parlamentar a exclusão do Deputado.
5. A deliberação de exclusão é tomada pelo Grupo Parlamentar, após audição do visado.

Artigo 10º **(Mandatos)**

1. Os mandatos dos Coordenadores das Comissões e Vice-Coordenadores são exercidos pela duração do mandato da Direção que os designar.
2. O mandato dos demais cargos exercidos por designação ou indicação do Grupo Parlamentar terão a duração da legislatura, salvo se a lei estipular período diferente.

Artigo 11º **(Alterações ao Regulamento)**

As alterações ao presente Regulamento são aprovadas pela maioria absoluta dos Deputados do Grupo Parlamentar em efetividade de funções, em reunião convocada expressamente para o efeito, com a antecedência mínima de oito dias.

Lisboa, 21 julho de 2022